

©Copyright, 2006. Todos os direitos são reservados. Será permitida a reprodução integral ou parcial dos artigos, ocasião em que deverá ser observada a obrigatoriedade de indicação da propriedade dos seus direitos autorais pela INTERFACEHS, com a citação completa da fonte. Em caso de dúvidas, consulte a secretaria: interfacehs@interfacehs.com.br

Redes de Informações para cidadania

Networks Information for Citizenship

Ladislau Dowbor
Helio Silva

RESUMO

Os meios de informação e de comunicação estão sendo revolucionados. Temos as tecnologias e a informação de base, mas não se formaram ferramentas de conhecimento organizado para a ação cidadã. Partindo desse diagnóstico, o objetivo deste artigo é de refletir sobre um conjunto de possibilidades para a organização de um sistema de informações que colaborem com desenvolvimento econômico e socioambiental sustentável.

Palavras-chave – Informação, Comunicação, Desenvolvimento Sustentável

ABSTRACT

Information and communication channels have been dramatically modified. Despite technology and information at our disposal, we still do not have organized knowledge tools for citizen action. The aim of this article is to discuss a range of possibilities toward the organization of an informational system which enhances economic development and social and environmental sustainability.

Key words - information, communication, sustainable development

Introdução

O presente artigo é uma reflexão sobre como a informação pode se tornar um importante instrumento de participação da sociedade para um desenvolvimento sustentável. A discussão é abordada por meio de três eixos de análise, “I- O universo de informações: que informação?”, “II- Os atores sociais: informação para quem?” e “ III- Os desafios da organização: os instrumentos”. A proposta é de se sistematizar o modelo de organização da informação na sociedade contemporânea, em seguida analisar as demandas de informação dos diversos atores sociais e finalmente apontar um conjunto de instrumentos que facilitem a organização da informação para a sociedade.

O paradoxo entre a sociedade da informação de que trata Castells (1999) e a falta de informação na sociedade civil para suas decisões cotidianas é a principal fonte de nossa discussão. De forma ilustrativa, Hazel Henderson (2000) traz um raciocínio interessante, partindo de um exemplo que é familiar no contexto brasileiro: o engarrafamento de trânsito. Podemos deixar à mão invisível resolver o problema, ou seja, deixar que cada um se vire como puder. O resultado será provavelmente um engarrafamento maior, segundo as soluções mais óbvias de alternativas de trânsito. Ou podemos fechar ruas e direcionar o trânsito através de um sistema de planejamento autoritário. Ou ainda, podemos deixar que cada um faça as suas opções, mas assegurar que no rádio haja um bom sistema de informação sobre como está o trânsito em cada região. Esta última opção, que Henderson (2000) chama de planejamento indicativo, deixa ao cidadão a iniciativa, mas assegura que ele possa fazer a melhor opção de maneira informada, e não às cegas.

A primeira opção gera o caos, e representa de maneira bastante fiel o sistema liberal, onde cada um busca maximizar as suas vantagens sem estar devidamente informado sobre as iniciativas dos outros. Gera, por exemplo, o comportamento de manada na área financeira, onde uma variação de cotações faz com que todos os especuladores corram na mesma direção, agravando os desequilíbrios dos quais tentam se proteger. A segunda opção, de planejamento centralizado, gera uma ordem onde a diversidade dos interesses dos protagonistas não é levada em conta, e onde o cidadão perde a iniciativa. Gera sistemas burocráticos como os que vimos nos países do Leste Europeu, com muita ordem e pouca iniciativa.

O terceiro sistema parte da visão que o cidadão bem informado saberá tomar iniciativas que combinam o seu interesse específico com a lógica sistêmica do processo. Em outros termos, a informação adequada, e bem distribuída, constitui simultaneamente um

instrumento de cidadania e de racionalidade do desenvolvimento social.

As sociedades modernas são demasiado complexas para serem ordenadas por um super- poder autoritário. E os instrumentos tecnológicos que manejamos são demasiado poderosos para que se possa generalizar a cultura do vale tudo: seja no uso da energia, ou na preservação da água, ou nas formas de cultivar um campo, é preciso que cada empresa, cada entidade pública, cada organização da sociedade civil tenha uma visão de conjunto do que está acontecendo.

Os sistemas existentes de informação não foram organizados para a participação cidadã. Em particular, são precários os sistemas de informação sobre os impactos sociais e ambientais das nossas atividades. O resultado é que nossos comportamentos se orientam em função da vantagem individual e do curto prazo, perdendo-se a função racionalizadora da informação sistêmica.

As deficiências de informação são impactantes. Um país “descobre” que falta energia, e organiza-se de última hora um sistema de racionamento energético, como se o abastecimento e o consumo de energia não fossem previsíveis. Isto depois de décadas de campanhas publicitárias estimulando-nos a comprar maiores geladeiras, aparelhos de ar condicionado e outras formas de maximização de consumo energético. Os Estados Unidos “descobrem” que estão chegando ao fim das suas reservas de petróleo, e se lançam em aventuras militares, quando todo o seu modelo foi organizado na promoção do uso perdulário da energia, inclusive como fator de “status” social. Os países produtores de petróleo contabilizam a venda dos seus recursos como se fosse produção, fator de aumento do Pib, quando na realidade estão vendendo hoje os recursos que faltarão às próximas gerações: a conta dos recursos naturais dilapidados não entra na contabilidade nacional. Os residentes de uma região não são informados sobre o uso de agrotóxicos que podem estar contaminando os lençóis freáticos, gerando doenças, reduzindo o valor dos seus imóveis: pelo contrário, os agrotóxicos só entrarão nos nossos sistemas de informação aumentando o Pib dos produtores. Praticamente nenhuma cidade tem um sistema integrado de informações que permita que os cidadãos exerçam efetivamente a sua cidadania. Apenas alguns segmentos empresariais começaram a elaborar contas que permitam avaliar a responsabilidade social e ambiental.

A tecnologia mal assimilada

A situação é paradoxal, pois nunca se dispôs de tanta tecnologia de informação como hoje. Bancos de dados, redes, portais, sites, conferências on-line, educação à distância, grupos de discussão, conexões de banda larga, geoprocessamento, sensoriamento remoto, generalização do acesso à telefonia, – tudo indica uma autêntica explosão de capacidades técnicas de levantamento, organização e distribuição da informação. Também nunca estivemos tão confusos.

A confusão não resulta da insuficiência da informação. Resulta em parte do seu excesso, pois a informação útil, quando afogada num mar de informações que não nos interessam num momento determinado, simplesmente não pode ser utilizada. A informação tem de ser relevante para o que fazemos.

De certa forma, o mundo tecnológico da informação mudou radicalmente, mas continuamos a produzir a informação da maneira tradicional, segundo categorias, formas de organização e de acesso que obedecem a outra era. A luz mal direcionada apenas nos ofusca, não ilumina nosso caminho. O grande desafio que se coloca, é o da organização da informação segundo as necessidades práticas dos atores sociais que intervêm no processo de desenvolvimento social.

A informação existe: trata-se de organizá-la

A informação relevante, na sua imensa maioria, já existe. A metodologia Calvert-Henderson (2000) define um conjunto de indicadores nos Estados Unidos, sobre a base das estatísticas já regularmente produzidas no país. O Mapa da Exclusão Social, metodologia desenvolvida por Aldaiza Sposati (1996), se baseia também em informações que são regularmente produzidas. Ao analisarmos fontes como o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados -, DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos -, as informações produzidas pelas áreas de educação, da saúde, do meio-ambiente e tantas outras, constatamos que o universo de informação produzida já é extremamente amplo.

No plano da análise, existem igualmente iniciativas extremamente competentes, como as que encontramos nos estudos do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -, nas experiências pontuais de desenvolvimento de um IDH – Índice de Desenvolvimento Humano- municipal, nas tentativas de elaboração de indicadores sintéticos em Belo Horizonte, nas Sínteses de Indicadores Sociais publicadas pelo do IBGE e outras numerosas experiências.

O desafio, claramente, está no ordenamento da informação, nas metodologias de sistematização, no desenvolvimento de capacidade gerencial que torne a informação relevante acessível aos atores que tomam as decisões, no momento em que dela precisem.

Com esta falta de sistematização da informação, sobra pouco espaço para o indivíduo protagonizar ou pelo menos interagir na construção do conhecimento. Ao contrário: com a quantidade imensa de informação que hoje se produz, gera-se de um lado a obrigação da “atualização” constante e, de outro, a ausência de um sistema articulado da informação que possibilite a comunicação entre os diversos atores. O Estado e o setor privado controlam de maneira unilateral os mecanismos de construção da comunicação, relegando a um plano secundário o olhar do indivíduo sobre temas relevantes, como o tratamento dos recursos naturais

I - O universo de informações: que informação?

Nosso objetivo aqui não é entrar no imenso debate sobre o que é cidadania, ou sobre o que é desenvolvimento sustentável. Esta compreensão, inclusive, será bastante diferente segundo as culturas, os estágios de desenvolvimento, os valores de determinados grupos ou nações, e deverá evoluir inclusive com a sucessão de gerações. Para o nosso objetivo, e nesta etapa, basta definir de maneira ampla que queremos melhorar a qualidade de vida, de maneira sustentável, e através de procedimentos democráticos.

A qualidade de vida tem sido resumida ao nível de renda per capita. É o referencial que nos fornece, por exemplo, o Banco Mundial através dos seus relatórios. Esta visão

continua amplamente dominante no nível das instituições mais poderosas, onde o progresso é identificado essencialmente com o crescimento da economia. A partir de

1990, com a produção dos relatórios sobre o desenvolvimento humano, ampliou-se significativamente esta visão, ao acrescentar o nível educacional e o nível de saúde ao indicador sobre renda. Esta nova visão constitui um progresso muito significativo. No entanto, ainda é demasiada simplificada como indicador de qualidade de vida, e deixa no escuro uma série de elementos chave da ação social. Como ponto de referência, e para servir de base de discussão, adotaremos aqui uma visão mais ampla, de doze indicadores básicos de qualidade de vida, tal como foi desenvolvido na metodologia Calvert- Henderson (2000): Educação; Emprego; Energia, Meio Ambiente, Saúde, Direitos Humanos, Renda, Infra-estrutura, Segurança Nacional, Segurança Pública, Lazer e Habitação

Estes doze objetivos de qualidade de vida constituem de certa maneira o nosso horizonte. Com o detalhamento dado em cada um dos doze pontos, desdobrados em indicadores mais pontuais, consegue-se cobrir o essencial do universo de informações necessárias para orientar a nossa reflexão.

Os objetivos devem ser construídos de maneira sustentável. O desenvolvimento sustentável, tal como a qualidade de vida, presta-se a inúmeras discussões, pesquisas, posicionamentos. Uma vez mais, o nosso eixo de trabalho sendo aqui a organização da informação, buscaremos nos apoiar no imenso avanço que constitui a discussão mundial em torno à Agenda XXI, e aos princípios resumidos na Carta da Terra:

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade;
2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor;
3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas;
4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações;
5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida;
6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o

conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução; 7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário; 8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido; 9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental; 10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável;

11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas; 12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias; 13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça; 14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável; 15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração; 16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.

À medida que a situação no planeta vai se tornando mais crítica, as metas tendem a se tornar mais concretas e quantificadas. É o caso dos Objetivos do Milênio (ODM):

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2. Assegurar educação fundamental para todos; 3. Promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater a Aids, a malária e outras doenças

7. Assegurar a sustentabilidade ambiental; 8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Quando se compara os objetivos apresentados em diversas metodologias, constata-se que são essencialmente convergentes. Trata-se, no conjunto, de enfrentar os dois principais desafios da humanidade, do meio ambiente e o social.

A construção da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável deverá dar-se através de processos democráticos. O ponto 13 da Carta da Terra acima, nos dá inclusive uma boa referência do que buscamos: “Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça.”

O século XX nos legou grandes simplificações sociais. De um lado, propostas de uma estatização generalizada, com o planejamento central como princípio regulador, e uma classe redentora, o proletariado; de outro lado, a privatização exacerbada, a mão invisível como instrumento de regulação, e outra classe redentora, a burguesia. Em nome destas simplificações se fizeram, e se promovem ainda, barbaridades simplesmente inaceitáveis para um mundo civilizado. O fato de se deixar morrer de fome e de outras causas 10 milhões de crianças por ano, quando dispomos dos recursos técnicos, financeiros e organizacionais para resolver o problema, é um choque para a humanidade. O aquecimento global, a contaminação planetária da água, a destruição da vida nos mares mostram a que ponto os interesses econômicos de curto prazo tornaram-se uma ameaça para a humanidade. Em outros termos, a questão da democratização dos processos de tomada de decisão na sociedade tornou-se essencial para a própria construção da qualidade de vida e de uma ambiente sustentável.

Neste campo essencial, precisamos também de indicadores: indicadores de governança, sobre o nível de informação do cidadão, sobre a participação nas decisões, sobre o capital social em construção. É importante salientar que este tipo de indicadores não faz parte da metodologia Calvert-Henderson (2000), e tampouco temos referências razoavelmente consensuais como a Carta da Terra, ou a Agenda 21. Trata-se, aqui, de um universo em construção. Um ponto de referência são os indicadores de capital social elaborados por Robert Putnam (2000):

1. Medidas do nível de organização da vida comunitária; 3. Medidas de engajamento em assuntos públicos; 3. Medidas de participação em ações de voluntariado; 4. Medidas de sociabilidade informal; 5. Medidas de confiança social.

São indicadores elaborados para os Estados Unidos, e podem servir de base para a elaboração de indicadores de governança participativa no Brasil. De toda forma, é um eixo essencial, e em construção: faz parte da boa governança o cidadão saber como evolui a própria governança.

A informação está no centro deste processo, pois envolve diretamente todos os outros direitos. Segundo o World Information Report da UNESCO (1995), “há uma grande diferença entre ter um direito e poder exercê-lo. Pessoas pouco informadas se vêem freqüentemente privadas dos seus direitos porque lhes falta o poder para o seu exercício. O acesso à informação é um direito que temos como o acesso à justiça, e deveria ser assegurado gratuitamente como outros serviços públicos”.

A informação aparece, portanto como uma condição chave da construção de processos democráticos de tomadas de decisão. Este universo de informação, ainda que amplo, é fortemente direcionado: envolve a construção de indicadores para que saibamos como anda a nossa busca de um melhor nível de qualidade de vida; envolve igualmente a informação sobre a sustentabilidade do processo; e envolve finalmente a transparência das nossas tomadas de decisão, sejam elas de governo, de empresas ou de uma organização social.

II - Os atores sociais: informação para quem?

O que nos interessa, portanto, é como transformar a informação em instrumento de promoção da qualidade de vida, de um desenvolvimento sustentável, e de um processo político transparente e participativo. O universo de informação a focar, portanto, é o que promove estes processos. A informação, no entanto, é uma construção social, e depende dos atores que a produzem, divulgam e utilizam. Em outros termos, tão importante como definir o universo de informações, é identificar os atores-chave do processo.

De forma geral, buscamos hoje articular o Estado, o mundo empresarial e a sociedade civil, visando um desenvolvimento que seja socialmente justo, economicamente viável, e sustentável em termos ambientais. Nesta visão de articulações sociais, não podemos esquecer que a sociedade civil constitui o objetivo final das nossas atividades: quem terá, ou deixará de ter, qualidade de vida, é a sociedade, e as pessoas físicas que a constituem, e não o “Estado” ou uma pessoa jurídica como a “empresa”. O Estado e a empresa, por importantes que sejam, constituem meios. Inclusive, é da participação informada da sociedade que depende em grande parte o bom funcionamento tanto do Estado como das empresas.

Em termos de informação, no entanto, o fato é que de forma geral todos visualizamos a produção da informação como um processo de baixo para cima. Organizamos informação para guiar as ações de governo, para melhorar as decisões de um banco de desenvolvimento, para organizar a política de investimentos de uma empresa, ou até para escrever uma tese de doutorado. Ou seja, a sociedade civil é vista de forma geral como fornecedora de informações, para que os centros de decisão que ficam mais acima possam levar os seus interesses em consideração, ou assegurar melhor os seus próprios interesses. Este tipo de filosofia da informação é coerente com uma ideologia política que vê a sociedade como usuária, ou até como “cliente”, mas não como sujeito do processo decisório. Gabriel Cohn (2000), por exemplo, ao analisar a dinâmica comunicacional contemporânea desenvolve uma crítica a este processo. Para Cohn, a informação e a comunicação não compartilham o plano da circulação de significados. Apoiado por conceitos da teoria sistêmica, o autor chama atenção para o fato de que a relação entre o produtor e o consumidor se estabelece por meio de um processo de seleção da informação. Da mesma maneira que o sistema capitalista seleciona as mercadorias que são produzidas e consumidas, a informação ganha esse mesmo mecanismo de funcionamento. O que é selecionado agora são os signos vinculados às mercadorias, que passam a estimular o consumo por meio da comunicação.

O Estado constitui um ator chave do processo de geração de uma sociedade informada e participativa. No caso brasileiro, não faltam as instituições, os técnicos ou os equipamentos. Os problemas – e o potencial de progresso – situam-se na alteração do universo de informações a focar, na metodologia de trabalho, e nas formas de divulgação. A pergunta a se colocar é simples: em que medida os procedimentos atuais ajudam a promover a participação cidadã para o desenvolvimento sustentável? Haverá aqui um conjunto de aportes possíveis.

Um ponto chave é a metodologia de elaboração das contas nacionais. Não se leva em conta a descapitalização gerada pelo consumo ou destruição dos recursos naturais, o que infla artificialmente o nosso Pib; a saúde e a educação são considerados gastos, quando constituem um dos investimentos mais produtivos, o investimento no ser humano; não se leva em conta de forma adequada o desenvolvimento das infra-estruturas – isto para mencionar alguns elementos da transformação da metodologia de cálculo das contas. Veiga (2007) ao abordar esta problemática cita duas principais insuficiências do Pib como indicador de desenvolvimento econômico. Uma primeira que como agregado monetário, não abrange dimensões das atividades humanas que não sejam avaliadas pelos mercados, inclusive as distributivas. E uma segunda que como medida de fluxos produtivos, também despreza todos os impactos das atividades humanas sobre estoques, com realce para os de recursos humanos e naturais.

Outro ponto importante reside na ausência de foco das informações. As informações, como já dissemos, existem e em grande quantidade, produzidas por instituições especializadas como IBGE, SEADE e outras, bem como por ministérios, pelo Banco Central, por governos de Estado, por administrações municipais. De forma geral, estas informações são geradas segundo uma filosofia da oferta, daquilo que a instituição considera que deveria produzir, com pouca consideração da demanda, ou seja, daquilo que a sociedade precisa saber para uma participação política informada. Harvey (2009), ao abordar os desafios institucionais dos governos cita que é necessário transformar suas doutrinas, programas, estruturas formalizadas, etc., para que operem em favor de um

propósito comum, isto é, em atividades assentadas nas condições históricas e geográficas concretas no âmbito das quais se desenvolvem a ação humana.

O mundo empresarial constitui hoje o principal vetor de informações do planeta. Gasta cerca de 500 bilhões de dólares por ano em publicidade (SILVA, 2007), e com isto assume uma presença dominante no próprio conteúdo das informações, pela influência que exerce nos meios de comunicação. O processo de comunicação das empresas é um ponto sumamente importante, pois se trata de um volume gigantesco de recursos, e uma atitude pro-ativa das empresas, no sentido de manipular menos, e informar mais o consumidor, poderia ter um efeito poderoso no reequilibramento das relações entre empresa e cidadão. Tirando as conseqüências práticas dos recentes estudos de Stiglitz (2007) e outros sobre a assimetria de informações entre empresa e consumidor, e os conseqüentes desequilíbrios de poder de negociação, haveria uma imensa contribuição por parte das empresas na linha da transparência das práticas sociais e ambientais, mas também nos impactos práticos do *core business* sobre a sociedade.

Nesta linha houve indiscutivelmente fortes avanços, em particular na linha dos balanços sociais e ambientais, como metodologias de indicadores socioambientais desenvolvidas pelo GRI - Global Reporting Initiative -, Instituto Ethos de Responsabilidade Empresarial, das publicações dos fundos de investimentos responsáveis, tais como, o Índice Dow Jones de Sustentabilidade e o ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, entre outros indicadores de sustentabilidade empresarial. Na principal economia do mundo, os Estados Unidos, por exemplo, entre 1995 e 2007, o montante de fundos éticos passou de 639 bilhões de dólares a mais de 2,7 trilhões de dólares, o seja, uma alta de 324% em oito anos, com aproximadamente 11 % do total dos fundos administrados no país. (LAVILLE: 2009).

O que temos pela frente é a ampliação deste processo, e a generalização da transparência permitida, por exemplo, pelo princípio *the right to know* adotado nos Estados Unidos, que amplia os direitos de informação do cidadão sobre as empresas.

Finalmente, é importante lembrar que o mundo dos gigantes transnacionais, o que as Nações Unidas tem chamado de galáxias econômicas, é profundamente diferente das micro e pequenas empresas enraizadas nos seus bairros, nas suas comunidades. O mundo da especulação financeira em grande escala, dos produtos mundiais, da imagem, das grifes, de Davos, tem pouco a ver com a oficina mecânica da nossa vizinhança, da padaria, da confecção, lavanderia e tantas outras iniciativas que asseguram o essencial das nossas necessidades cotidianas. O contrapeso informativo das transnacionais tem de ser assegurado por ONGs de escala diferente, de porte internacional, enquanto o reequilíbrio relativamente à pequena e média empresa local depende muito mais de organizações de base comunitária e de redes locais de informação.

Todos têm a ganhar com isto. Campbell e Ove , (2006) , trabalham com o conceito de *negotiated economy*, economia negociada, onde uma empresa que se instala num município vai consultar a prefeitura, os sindicatos, as organizações não governamentais, buscando um equilíbrio entre os seus interesses e os da comunidade. Resultam talvez, a curto prazo, lucros mais moderados para a empresa, mas no médio e longo prazo todos ganham com uma produtividade sistêmica maior. A construção deste tipo de lógica econômica, rigorosamente na linha do *win-win*, depende evidentemente de uma cidadania bem informada.

As organizações da sociedade civil constituem aqui o nosso terceiro personagem. São tanto produtoras, como divulgadoras e usuárias dos sistemas de informação. O seu papel é fundamental, talvez menos na produção de estatísticas sistemáticas, e mais na produção de informação organizada sobre problemas específicos, e sobre comunidades delimitadas. Desempenham igualmente um papel fundamental, junto com os meios universitários, na análise integrada das informações. Finalmente, tem um papel de validação da informação. Quando se quer saber o montante de danos causados pelo naufrágio do Valdez no Alasca, temos as informações da Exxon, que os minimiza, e as do governo do Alasca, que os maximiza, um para pagar menos, outro para cobrar mais. As informações mais confiáveis são de uma ONG que foi no local, avaliou os danos e apresentou uma visão equilibrada.

Até agora este universo trabalha no Brasil de maneira extremamente desconexa, gerando um grande volume de informação que é de difícil acesso. Instrumentos integrados de navegação começaram a ser produzidos, como o site da RITS (Rede de Informações do Terceiro Setor), mas o que precisamos é de uma *Web* com pesquisa temática, de forma a que se possa saber com facilidade, por exemplo, que experiências de parceria de escolas com empresas existem e com que resultados. Como o Terceiro Setor trabalha, pela sua própria natureza, com um grande número de experiências pequenas, enraizadas na comunidade, articular estas experiências em rede tornou-se essencial, como forma de dinamizar o conjunto e gerar sinergias. As novas tecnologias permitem isto, e associações como a Abong (Associação Brasileira de ONGs) poderiam articular o sistema. A articulação com as ONG's e organizações de bases comunitárias, hoje intensamente conectadas aos meios modernos de comunicação, pode ser a base de um excelente canal de articulação da escola e de cada ensino específico com os problemas realmente sentidos na comunidade. (DOWBOR: 2002)

Além dos três grandes universos que representam o Estado, as empresas e a sociedade civil, deveremos trabalhar para articular dois atores cuja matéria prima e razão de existência é a informação: a mídia e a universidade.

A mídia no Brasil é extremamente concentrada, cabendo o seu controle no essencial a alguns grupos econômicos familiares. Com isto ficaram praticamente desarticulados os sistemas locais de informação, que poderiam desempenhar um papel importante ao dinamizar iniciativas locais de gestão participativa. Segundo pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil 2009, mais de 90% dos domicílios brasileiros possuem televisão, e pode-se imaginar o poder desta rede de comunicação se fosse utilizada para comunicar iniciativas que dão certo, para dinamizar campanhas, para informar sobre problemas ambientais, sociais ou econômicos. A centralização e concentração dos meios de comunicação correspondem a uma era em que eram necessários gigantescos investimentos para assegurar a geração e distribuição de imagens. Em seu livro intitulado *Planeta Mídia*, Dênis de Moraes (1998) cita que o mercado global de mídia gira em torno de cinco a oito conglomerados, com uma ou duas dúzias de empresas consideravelmente

grandes ocupando os segmentos regionais de mercados e tendo acordos com um ou mais gigantes. Hoje, as tecnologias permitem sistemas simples e baratos, acessíveis para a maioria das regiões do país. A descentralização e democratização dos meios de comunicação tornam-se, portanto essencial como capital de conhecimento. Um bom exemplo do aproveitamento deste capital é o *Public Broadcasting Service* (PBS) dos Estados Unidos, assistido por mais de 90 milhões de pessoas, com programas educacionais diversos de gigantesco impacto cultural no país. (DOWBOR: 2002)

As Universidades constituem também neste plano um impressionante acervo de recursos subutilizados. Da mesma forma como o Estado fatia as políticas em setores – educação, saúde, segurança etc. – a universidade reproduz esta segmentação através das áreas científicas e disciplinas, dificultando a formação de pessoas com capacidade de gerar uma visão integrada dos problemas ligados à qualidade de vida e à cidadania ativa. Leff (2007) em seu livro intitulado “O saber ambiental” reforça esta fragilidade do processo educacional e aponta que o sistema é falho por não impulsionar e orientar as capacidades inquisitivas e criativas do aluno, e por estar desvinculado dos problemas de seu contexto sociocultural e ambiental.

Por outro lado, há uma clara dificuldade do mundo universitário interagir com os diversos atores sociais, o que dificulta a geração de uma orientação mais forte do meio universitário para respostas às necessidades sociais. O que se sente como necessidade, em outros termos, é uma universidade que seja um pouco menos disseminadora de informação, e um pouco mais organizadora dos conhecimentos na região onde está inserida. Um exemplo positivo é aqui a experiência de Aldaiza Sposati (1996), que elaborou o Mapa da Exclusão Social de São Paulo, cruzando colaborações das mais variadas áreas científicas, e respondendo a problemas concretos de informação da sociedade. É significativo que este trabalho tenha sido possível cruzando fronteiras disciplinares, articulando várias instituições, e com forte apoio da mídia para a divulgação.

O universo da educação dispõe de grandes capacidades de organização do conhecimento, e tem uma vocação natural para formar cidadãos. Nada mais natural do que dinamizar o seu potencial científico e organizacional para gerar sistemas de informação para uma cidadania participativa. Na hipótese da criação de uma rede de Informações para a Cidadania, ou instituição do gênero, as universidades e as escolas seriam candidatas naturais a representarem as antenas, ou os nodos da rede. Isto por sua vez implicaria na busca de soluções organizacionais, como por exemplo, a criação de conselhos consultivos, compostos de representantes dos diversos atores sociais, junto a cada instituição, para dinamizar a interação entre as necessidades das comunidades e o meio científico.

Cada um dos atores sociais tem facilidades particulares para uma dimensão da informação cidadã. O Estado tem como melhor organizar estatísticas básicas regulares, as empresas podem melhor informar sobre os impactos sociais e ambientais das atividades econômicas, as ONGs têm mais capacidade de trabalhar em profundidade segmentos especializados de informação, a mídia tem peso essencial na divulgação, a universidade na pesquisa e na análise. O essencial, no entanto, é gerar uma capacidade de sinergia entre os diversos universos.

A pouca produtividade sistêmica dos diferentes atores resulta da falta de articulação, da segmentação das iniciativas, da ausência de um foco que articule as informações em torno a um resultado prático, que é a geração de uma cidadania informada e participativa.

É essencial também levar em conta, conforme vimos, que o cidadão busca informações que iluminem a sua ação. E a ação cidadã se dá em grande parte no universo onde vive, essencialmente na sua cidade, no seu município. É onde as mais variadas informações, sobre quanto dinheiro existe para investir na prefeitura, sobre as necessidades essenciais da população, sobre o potencial sub-utilizado, sobre a qualidade de vida local, podem se transformar em iniciativas práticas e convergentes de líderes comunitários, sindicalistas, empresários, secretários municipais, igrejas, rádios comunitárias e outros atores sociais.

III - Os desafios da organização: os instrumentos

De forma geral, portanto, a organização da informação para a cidadania participativa e o desenvolvimento sustentável passa por algumas redefinições metodológicas referentes ao universo de informações, mas também pela construção de parcerias, pela organização de redes de informação, pela articulação dos subsistemas de informação existentes, e pela geração de um movimento social que motive os diversos atores sociais a participar de um esforço conjugado.

Envolve também uma filosofia, que é de se evitar a visão de um mega-banco de informações, privilegiando pelo contrário estruturas leves e interativas, com muita flexibilidade e capacidade de ajustes. Em outros termos, o problema da gestão da informação, numa cultura organizacional muito mais centrada na competição e no individualismo do que na colaboração e no partilhar (*share*), pode-se constituir num entrave central.

Numa sociedade da comunicação, pensar em rede é promover sistemas colaborativos em que a busca é o acúmulo coletivo de riqueza. Alianças entre os setores produtivo e social objetivam trocar potencialidades e experiências para contribuir com o conjunto da sociedade. Quando o conhecimento produzido é compartilhado, nada se perde: ao contrário, esse conhecimento retorna aprimorado.

São imensas as possibilidades de apropriação da dinâmica tecnológica na potencialização das redes com parcerias colaborativas na estrutura econômica, social, ambiental, política, cultural, etc. A dinamização da economia solidária é um bom exemplo no campo da economia: projetos como as incubadoras universitárias de cooperativas populares se articulam de maneira global, trocando experiências com diversas instituições. No setor ambiental, das tecnologias de reciclagem ao reaproveitamento da água, as experiências são inúmeras. Na política, podemos citar exemplos como a formação do movimento Nossa São Paulo, que sistematizou 130 indicadores desagregados por subprefeituras, e mudou a lei orgânica da cidade, obrigando o prefeito a se comprometer com metas quantificadas. No campo cultural, o barateamento tecnológico permite cada vez mais o

deslocamento físico e virtual dos indivíduos para o processo de troca de suas experiências cotidianas, além da capacidade da televisão em levar aos indivíduos as diversas culturas.

A dinamização de uma rede de informações para a cidadania envolve, portanto a discussão de uma série de instrumentos que possam contribuir para a formação de um processo amplo e diversificado. Vamos listar aqui alguns dos que nos parecem mais significativos.

1 – metodologia das contas nacionais: trata-se essencialmente de retomar numerosas propostas existentes para que as contas nacionais reflitam efetivamente a situação do país e a evolução da qualidade de vida da população. Será necessário discutir as experiências internacionais neste campo, e estudar com o IBGE e outras instituições as formas de organizar a revisão metodológica das contas. Particular importância teria o desdobramento das contas em contas estaduais e municipais, para que o conjunto do sistema permita dinâmicas mais participativas da sociedade.

2 – Brasil: Balanço Anual de Qualidade de Vida: seria importante criar condições para a elaboração anual de um balanço de qualidade de vida do país. Esta poderia ser na realidade uma “tarefa estruturadora”, na medida em que levaria as mais diversas instâncias interessadas a se organizarem para produzir regularmente um conjunto de informações. O relatório “Calvert-Henderson Quality of Life Indicators (2000)” poderia constituir uma inspiração, na medida em que combina indicadores com análise concreta da situação.

3 – Sistemas municipais de informação econômica e social: grande parte da impressionante deficiência dos poderes locais em informação organizada deve-se ao fato que as informações são elaboradas para abastecer ministérios, o tribunal de contas e outras instâncias externas, não sendo cruzadas, organizadas e integradas no nível municipal, que é onde o cidadão comum e a sociedade organizada mais poderiam transformar informação em participação cidadã. Seria o caso de elaborar a metodologia básica de um sistema de informação integrada municipal, de maneira a permitir a geração

de uma capacidade de informação na base da sociedade. Um exemplo de como um sistema inteligente de comunicação colabora com o desenvolvimento de uma cidade é o caso de Pirai Digital. Uma cidade do estado do Rio de Janeiro que realizou um plano diretor de desenvolvimento associado a um investimento em infra-estrutura de comunicações fez a arrecadação do município saltar de R\$ 17 milhões para R\$ 76 milhões, entre 1996 e 2006. Hoje, uma rede digital cobre todo o município, interligando todos os prédios públicos. A comunicação interna entre os departamentos da prefeitura é em voz sobre IP, há orelhões com VoIP na cidade para o cidadão falar com a prefeitura e todos podem acessar gratuitamente a internet nos totens instalados em locais públicos ou nos Telecentros. (TELE.SINTESE: 2007)

4 - Rede de Informação para a Cidadania: a gradual geração de um sistema de informação para a cidadania, diferentemente de um esforço pontual de elaboração de um relatório, envolve a criação de uma rede de informação que articule os principais atores envolvidos. O núcleo organizador poderia ser um *Brasil-Watch*, ou outra instituição semelhante, mas o essencial é discutir os desafios de gestão da informação que a iniciativa envolve. A solução que se sugere é a de um núcleo articulador que funcione em formato de consórcio (como a Web é hoje administrada) articulando uma rede extremamente autônoma, e com definição de protocolos de comunicação.

5 – Rede de documentação da sociedade civil – Amazong.org: A sociedade civil tem como característica a multiplicidade de pequenas iniciativas dispersas pelo país afora, com frágil capacidade de contatos. A Rits (Rede de Informação do Terceiro Setor) já constitui um instrumento importante de articulação, e há inúmeros pequenos sites. Tal como está constituída, a rede não permite acessar por temas, região ou outras categorias, as informações dispersas. A proposta consiste em gerar um instrumento de circulação de documentos, estudos e idéias análogo ao que a Amazon.com faz comercialmente para livros.

6 – Sistemas locais de comunicação: o pouco que existem em termos de comunicação local, como televisões locais e rádios comunitárias, tem sido objeto de ataques

sistemáticos dos grandes monopólios da mídia. O direito de uma comunidade de ter os seus instrumentos de comunicação é um direito vital, e a sua ausência dificulta imensamente qualquer iniciativa participativa. O problema envolve tanto a dimensão jurídica (recuperação do direito), como soluções técnicas (soluções para pequenas emissoras) e de gestão (gestão em consórcio, soluções intermediárias entre a privatização e a estatização).

Um exemplo das possibilidades de um sistema de comunicação local é a TV Rocinha, rede de TV a cabo que atua na favela da Rocinha. A TV Rocinha conseguiu vender o pacote de 35 canais por uma assinatura de 30,00 por mês e já conta com cerca de 30.000 assinantes. Todos os eventos importantes da Rocinha são cobertos pela TV. Como não há lbope no morro, a repercussão é medida pelo tempo em que uma notícia demora para circular. Só como exemplo quatro horas depois de uma senhora fazer um anúncio, procurando a filha de sete anos, toda a comunidade já está sabendo. (A REDE: 2007)

7 – O conhecimento local nas escolas: Trata-se de organizar a participação das escolas na rede de informação cidadã, introduzindo nos currículos formais o estudo da cidade onde as crianças vivem. Com isto estaremos dinamizando a elaboração de manuais escolares sobre cada cidade ou região, de atlas locais como já se tem vários exemplos, enriquecendo a base de conhecimento cidadão de toda uma geração.

8 – Problema das competências territoriais por setor de atividades: hoje a segurança divide o território de uma maneira, a educação de outra, a saúde de outra ainda, gerando um emaranhado de divisões territoriais que torna extremamente difícil a integração das informações para elaborar indicadores integrados de qualidade de vida. A confusão das delimitações territoriais torna igualmente difícil a criação de dinâmicas participativas, pois o conselho de educação que se reúne representa uma população diferente da representada pelo conselho de outro setor. A metodologia do ordenamento territorial das divisões torna-se, portanto uma necessidade, podendo-se aqui acompanhar o esforço da Cidade de São Paulo que procedeu a uma racionalização das divisões em conjunto com a organização das subprefeituras. Trata-se aqui de um ponto importante da gestão da

informação cidadã, visando reduzir a fragmentação das informações e dos espaços de participação.

9 – Levantamento e discussão das experiências existentes: Trata-se de organizar e difundir as diversas experiências de informação ao cidadão existente em diversos países, em diversas ONGs, em diversos meios empresariais, em diversas cidades. Trata-se aqui tanto de soluções jurídicas, como financeiras, organizacionais e técnicas. Uma das primeiras iniciativas da *Rede de Informação Cidadã* poderia ser a organização de um levantamento neste sentido, e a disponibilização das experiências em site específico ou numa rede de sites interessados. As universidades podem ter um papel importante neste esforço.

10 – Redes temáticas na mídia: Da mesma forma como a ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância - articula os meios de comunicação, jornalistas, ONGs e empresas que informam sobre problemas da criança e do adolescente, precisariam ser organizadas outras redes temáticas ligadas à construção da cidadania, informando sobre experiências inovadoras, alimentando a mídia com conteúdos que facilitam a dimensão participativa do cidadão. Não é difícil conceber, tal como existe o “*Pequenas empresas, grandes negócios*”, uma rede de “pequenas iniciativas, grandes resultados” na linha das iniciativas comunitárias, de experiências participativas. De toda forma, é importante lembrar que a informação só adquire qualidade quando é regulamente trazida à luz do dia, avaliada, criticada, utilizada, tornando-se, portanto indispensável à parceria muito dinâmica com os meios de comunicação.

11 – Apóio empresarial as iniciativas de informação cidadã: as iniciativas que têm surgido no mundo empresarial, envolvendo um grande esforço de organização de informações referentes à responsabilidade social e ambiental, deveriam ser melhor articuladas com os outros subsistemas de informação, tanto das entidades do Estado como das organizações da sociedade civil, permitindo a visão integrada do progresso ou dificuldades em cada comunidade, cidade ou região.

Os pontos acima trazem idéias a serem discutidas para se dinamizar a informação para a cidadania participativa e desenvolvimento sustentável. Envolvem a área jurídica (criação de um referencial jurídico de direito à informação), a área da administração (gestão da informação), da economia (metodologia de contas nacionais), da política (articulação de parcerias), além das áreas específicas que trabalham com dimensões específicas da qualidade de vida como a educação, saúde, segurança, lazer e outros.

Os três eixos de análise do artigo “I- O universo de informações: que informação?”, “II- Os atores sociais: informação para quem?” e “ III- Os desafios da organização: os instrumentos” apresentam um caminho interessante para se repensar o processo de comunicação com a sociedade. O primeiro eixo aponta para a necessidade de criarmos informações que colaborem na tomada de decisão dos indivíduos em suas questões cotidianas. O segundo eixo demonstra a dicotomia entre os interesses de quem produz a informação e as necessidades dos indivíduos que recebem informação para tomada de decisão sobre o seu cotidiano. E finalmente o terceiro eixo apresenta um conjunto de ferramentas que colaboram com processo de comunicação potencializando a relação entre quem organiza a informação e os usuários.

O desafio é grande. Criar instituições especializadas que tratam de uma fatia da realidade é relativamente simples. Organizar a colaboração e as redes interinstitucionais é bastante mais complexo. No entanto, devemos lembrar sempre que para o cidadão concreto a realidade não é fatiada em setores: a qualidade de vida é um processo integral.

Em termos técnicos, a sociedade em rede de Castells (1999) e a aldeia global de McLuhan (1972) se concretizaram, ou seja, já dispomos de recursos tecnológicos para uma estrutura horizontal de comunicação, no lugar do modelo vertical da era industrial. Contudo, a prática tecnológica comunicacional está longe de se efetivar para a maioria da população. Trata-se de reconhecer as tecnologias como facilitadoras de todo o processo social, econômico, político e cultural, ou seja, como poderosos meios comunicacionais, mas não como fins.

Da mesma forma, levantar informações específicas para uma instituição de pesquisa, é relativamente simples. Organizar a devolução da informação produzida para a própria comunidade, para os cidadãos que são em última instância os donos do processo, é evidentemente mais complexo. Mas se trata, nesta era que evolui para a sociedade do conhecimento, de um desafio vital.

Bibliografia:

AREDE. **TV ROC/ TV a cabo em versão popular**. São Paulo. Rev. Momento Editorial, número 31, novembro, 2007.

CAMPBELL, J. PEDERSEN, O.(ORGS). **National Identity and a**

Variety of Capitalism: The Case of Denmark. Montreal: McGill University Press, 2006.

CASTELLS, M. **Sociedade em rede**. São Paulo. Paz e Terra, 1999.

COHN, G. **A forma da sociedade da comunicação**. Em DOWBOR, Ladislau. IANNI, Octavio. RESENDE, Paulo Edigar A. SILVA, Hélio. (orgs.). **Desafios da comunicação**. Petrópolis. Vozes, 2000.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação Brasil 2009**. São Paulo, 2010.

DOWBOR, L. **Tecnologias do conhecimento**. Petrópolis. Vozes, 2002

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo. Ed. Edições Loyola, 3 edição, 2009. HENDERSON, H. **Calvert-Henderson Quality of Life Indicator**. New ork,. 2000.

HENDERSON, H. **Construindo um mundo onde todos ganhem**. São Paulo, Ed. Cultrix 2000.

LAVILLE, E. **A empresa verde**. São Paulo. Ed. ÔTE, 2009.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. Petrópolis, Ed. Vozes, 5 edição, 2001.

MCLUHAN, MI. **A galáxia de Gutenberg**. São Paulo Companhia Editora Nacional, 1972.

MORAES, D. **Planeta mídia**. Campo Grande. Letra Livre, 1998.

PUTNAM, R. **Bowling Alone**. , New York, Simon & Schuster, 2000.

TELE.SINTESE. **Pirai Digital**. Rio se Janeiro. Rev., número 111, setembro, 2007.

SILVA, H. **Marketing: uma visão crítica**. São Paulo. Ed. SENAC, 2007

SPOSATI, A. (Org.) . **Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo**. São Paulo. EDUC, 1996.

SRIGLITZ, J. E. **Globalização: como dar certo**. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 2007.

UNDP – **Human Development Report 2005**. New York, 2005

UNESCO - **World Information Report.**, Paris. Unesco, 1995

VEIGA, E. J. **A emergência socioambiental**. São Paulo. Ed. Senac, 2007